

Rumo Malha Oeste S.A.

Demonstrações Financeiras encaminhadas à ANTT, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024

ELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Rumo Malha Oeste S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rumo Malha Oeste S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos atenção para a Notas Explicativas nºs 1.1 e 1.2 às demonstrações financeiras que informam que a concessão e o contrato de arrendamento de ativos ferroviários da Companhia se encerram em junho de 2026 e que em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R\$ 81.270 mil, passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo) de R\$ 2.603.090 mil e prejuízo do exercício de R\$ 353.326 mil, sendo que eventuais necessidades de caixa para cumprimento de suas obrigações têm sido supridas pelo acionista controlador. Adicionalmente, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 5.10 que informa que existe reivindicação da Companhia para reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, em andamento, que postergou eventual necessidade de saída de caixa para pagamentos de obrigações ao poder concedente que, em 31 de dezembro de 2024, estão registrados pelo montante de R\$ 2.442.600 mil. Esses eventos ou condições, em conjunto, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para demandas judiciais

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 5.9 às demonstrações financeiras, a Companhia possui provisão para contingência registrada em 31 de dezembro de 2024 pelo montante de R\$ 109.138 mil.

O montante de perdas possíveis, julgadas pela Administração e seus assessores jurídicos como menos provável de que uma conclusão desfavorável para a Companhia aconteça, divulgado na referida nota explicativa, é de R\$ 599.060 mil, em 31 de dezembro de 2024, apurado para as informações financeiras.

Devido a magnitude dos valores envolvidos nas contingências possíveis, ao alto número de processos envolvidos e a complexidade dos julgamentos realizados pela Administração da Companhia no processo de mensuração das contingências, consideramos este assunto como significativo em nossa auditoria.

Resposta da Auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o abaixo:

- Reuniões com o setor jurídico da Companhia;
- Entendimento dos processos internos para identificação de situações em que a Companhia seja parte citada em esferas administrativas ou judiciais, objetivando garantir que a informação utilizada pela Companhia está completa;
- Entendimento dos controles internos relacionados com o gerenciamento dos processos;
- Envolvimento de especialistas tributários na avaliação de discussões tributárias;
- Leitura de opiniões legais emitidas por assessores jurídicos externos, contratados pela Administração;
- Mensuração de provisão para contingência com base no recebimento de respostas dos assessores jurídicos externos contendo o estágio atual e o prognóstico de perda de cada processo;
- Análise de razoabilidade de premissas utilizadas, por amostragem, na mensuração de processos com expectativa de perda possível ou remota;
- Análise das principais inclusões e reversões, de processos na composição dos saldos de provisão para contingências, verificando a razoabilidade de premissas utilizadas;
- Análise de pagamento de contingências e entendimento sobre a expectativa anteriormente definida para a conclusão do processo em períodos anteriores;
- Recálculo de atualização monetária;
- Revisão das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos aceitáveis as premissas utilizadas pela Administração para mensuração das provisões para contingências e divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC/NBCTG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos;

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2025.

RUMO MALHA OESTE – RUMO MALHA OESTE S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Rumo Malha Oeste – Rumo Malha Oeste S.A. (“Companhia”) controlada da Rumo S.A. (“Rumo” ou “Controladora”) submete à apreciação de seus acionistas, o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes sobre Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Relacionamento com os auditores externos

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gestão no seu cliente, e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes. Em atendimento à Instrução CVM nº 162/22, informamos que até a presente data não houve contratação de outros serviços relacionados a auditoria junto aos nossos auditores independentes, BDO RCS Auditores Independentes S.S. e suas partes relacionadas, além de seus respectivos honorários para o exame das demonstrações financeiras das Companhia, os quais não apresentam qualquer implicação no princípio de independência descrito no parágrafo acima. Com base em referidos princípios, a BDO RCS Auditores Independentes S.S. nos informaram que a prestação de tais serviços, conforme descritos acima, não afetam a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços prestados à Companhia.

Segmentos operacionais

O principal tomador de decisões operacionais passou a analisar a nova Companhia por segmentos operacionais que diferem da informação individual dessas Demonstrações Financeiras Intermediárias. Desta forma, está disponível no site da Companhia e na CVM o relatório da Administração da Controladora Rumo o qual contempla todos os segmentos.

Resultado (Valores em R\$ MM)	4T24	4T23	Var. %	12M24	12M23	Var. %
Receita Líquida	12,9	14,3	-9,8%	55,6	74,4	-25,3%
Custos dos serviços prestados	(12,7)	(11,8)	7,6%	(49,2)	(55,0)	-10,5%
Lucro Bruto	0,2	2,5	-92,0%	6,4	19,4	-67,0%
Margem Bruta (%)	2%	17%	-15,9 p.p.	12%	26%	-14,6 p.p.
Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas	(2,2)	(2,3)	-4,3%	(8,1)	(7,2)	12,5%
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(21,1)	(7,8)	170,5%	(67,2)	(48,7)	38,0%
Depreciação e perda por valor recuperável	-	-	0,0%	-	-	0,0%
EBITDA	-23,1	- 7,6	203,9%	-68,9	- 36,5	88,8%
Margem EBITDA (%)	-179,1%	-53,1%	-125,9 p.p.	-123,9%	-49,1%	-74,9 p.p.
Resultado Financeiro Líquido	(74,3)	(70,1)	6,0%	(284,4)	(298,0)	-4,6%
Prejuízo Líquido	(97,4)	(77,7)	25,4%	(353,3)	(333,6)	5,9%

No trimestre findo em 31 de dezembro de 2024, a receita operacional líquida atingiu R\$ 12,9 milhões, redução de 9,8% em relação ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2023. O EBITDA foi negativo de R\$ 23,1 milhões, comparado a um EBITDA negativo de R\$ 7,6 milhões no trimestre findo em 31 de dezembro de 2023. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a

receita operacional líquida atingiu R\$ 55,6 milhões, um decréscimo de 25,3% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. O EBITDA acumulado de 2024 foi de R\$ 68,9 milhões negativo. A Companhia apresentou prejuízo de R\$ 353,3 milhões no exercício findo de 31 de dezembro de 2024, comparado a um prejuízo de R\$ 333,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A Rumo Malha Oeste atualmente aguarda o processo de relicitação junto a ANTT conforme mencionado em NE da demonstração financeira.

Rumo Malha Oeste S.A.

Balanços patrimoniais (Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	6.729	31.782
Títulos e valores mobiliários	5.3	3.864	19.633
Contas a receber de clientes	5.4	7.075	4.299
Estoques		2.460	4.398
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		1.527	2.736
Outros tributos a recuperar	5.7	2.064	5.611
Adiantamento a fornecedores		29	29
Outros ativos		3.824	3.354
Ativo circulante		27.572	71.842
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		1.417	-
Outros tributos a recuperar	5.7	3.614	1.896
Depósitos judiciais	5.9	40.379	35.530
Outros ativos		1.318	2.375
Ativo não circulante		46.728	39.801
Total do ativo		74.300	111.643

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Oeste S.A.

Balanços patrimoniais

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Passivos			
Fornecedores	5.6	19.193	15.520
Ordenados e salários a pagar		5.044	5.995
Outros tributos a pagar		427	342
Passivos de arrendamentos	5.5	66.855	62.703
Outros passivos financeiros	5.1	3.616	1.951
Outras contas a pagar		13.707	9.405
Passivo circulante		108.842	95.916
Provisão para demandas judiciais	5.9	109.848	69.569
Passivos de arrendamentos	5.5	15.476	68.334
Arrendamentos e concessões em litígio	5.10	2.442.600	2.206.945
Outras contas a pagar		624	776
Passivo não circulante		2.568.548	2.345.624
Total do passivo		2.677.390	2.441.540
Patrimônio líquido	5.11		
Capital social		876.915	691.915
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	105.000
Reserva de capital		17.566	17.566
Ajustes de avaliação patrimonial		152	19
Prejuízos acumulados		-3.497.723	-3.144.397
Total do patrimônio líquido		-2.603.090	-2.329.897
Total do passivo e patrimônio líquido		74.300	111.643

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Oeste S.A.

Demonstrações dos resultados para o exercício findo em 31.12.2024

(Em milhares de Reais – R\$, exceto resultado por ação)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	6.1	55.568	74.415
Custos dos serviços prestados	6.2	-49.219	-55.004
Lucro (prejuízo) bruto		6.349	19.411
Despesas comerciais	6.2	-	4
Despesas gerais e administrativas	6.2	-8.067	-7.179
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	6.3	-67.226	-48.700
Despesas operacionais		-75.293	-55.875
Resultado antes do resultado financeiro líquido e do imposto de renda e contribuição social		-68.944	-36.464
Despesas financeiras		-289.849	-302.089
Receitas financeiras		5.467	4.122
Resultado financeiro líquido	6.4	-284.382	-297.967
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		-353.326	-334.431
Imposto de renda e contribuição social	5.8		
Diferido		-	868
		-	868
Resultado do exercício		-353.326	-333.563
Resultado por ação:	6.5		
Por ação ordinária		-0,01335	-0,0249
Por ação preferencial		-0,01335	-0,0249

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Oeste S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)
(Em milhares de Reais - R\$)

	Capital social	Reserva de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2024	691.915	17.566	105.000	19	-3.144.397	-2.329.897
Resultado do período	-	-	-	-	-353.326	-353.326
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-	-	-	-353.326	-353.326
Outros resultados abrangentes:						
Ganhos atuariais com plano de pensão	-	-	-	133	-	133
Contribuição e distribuição para acionistas						
Aumento de capital social (Nota 4.3)	185.000	-	-185.000	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	80.000	-	-	80.000
Total das transações com e para acionistas	185.000	-	-105.000	133	-	80.133
Saldo em 31 de dezembro de 2024	876.915	17.566	-	152	-3.497.723	-2.603.090

	Capital social	Reserva de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2023	591.915	17.566	50.000	-4	-2.810.834	-2.151.357
Resultado do período	-	-	-	-	-333.563	-333.563
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-	-	-	-333.563	-333.563
Outros resultados abrangentes:						
Ganhos atuariais com plano de pensão	-	-	-	23	-	23
Contribuição e distribuição para acionistas						
Aumento de capital social	100.000	-	-50.000	-	-	50.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	105.000	-	-	105.000
Total das transações com e para acionistas	100.000	-	55.000	23	-	155.023
Saldo em 31 de dezembro de 2023	691.915	17.566	105.000	19	-3.144.397	-2.329.897

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Oeste S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31.12.2024 (Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		-353.326	-334.431
Ajustes para:			
Passivo Atuarial		133	24
Provisão para participações nos resultados e bônus		2.379	2.282
Provisão de demandas judiciais	6.3	32.560	12.405
Provisão para perdas de crédito esperadas		74	12
Créditos fiscais extemporâneos	6.3	135	-2.098
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos		287.155	298.365
Outros		7.415	1.351
		-23.475	-22.090
Varição em:			
Contas a receber de clientes		-1.257	11.030
Outros tributos, líquidos		-7.359	14.551
Estoques		406	-624
Ordenados e salários a pagar		-3.249	-3.600
Fornecedores		3.344	-1.959
Adiantamentos a fornecedores		-	479
Arrendamentos e concessões		-	-712
Provisão para demandas judiciais		-17.548	-33.010
Outros passivos financeiros		-657	-4.908
Outros ativos e passivos, líquidos		-4.098	-148
		-30.418	-18.901
Caixa líquido utilizado nas atividades de operacionais		-53.893	-40.991
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários		16.607	-16.997
Caixa líquido gerado pelas (utilizados nas) atividades de investimento		16.607	-16.997
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Amortização de principal de arrendamento mercantil	5.5	-54.046	-47.943
Pagamento de juros de arrendamento mercantil	5.5	-13.721	-19.370
Integralização de capital		-	100.000

Adiantamento para futuro aumento de capital	80.000	55.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	12.233	87.687
(Decréscimo) Acréscimo líquido em caixa e equivalentes de caixa	-25.053	29.699
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	31.782	2.083
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6.729	31.782

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Oeste S.A.

Demonstrações dos valores adicionados para o exercício findo em 31.12.2024
(Em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas		
Vendas de produtos e serviços líquidas de devoluções	58.319	79.822
Outras receitas operacionais, líquidas	206	4.016
Provisão para perdas de crédito esperadas	-74	-12
	58.451	83.826
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	-18.616	-23.985
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-73.211	-57.539
	-91.827	-81.524
Valor adicionado líquido produzido	-33.376	2.302
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	5.467	4.122
	5.467	4.122
Valor adicionado total a distribuir	-27.909	6.424
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	23.694	26.247
Remuneração direta	17.501	19.114
Benefícios	5.533	6.328
FGTS	660	805
Impostos, taxas e contribuições	6.309	8.121
Federais	3.618	4.914
Estaduais	-	388
Municipais	2.691	2.819
Remuneração de capitais de terceiros	295.414	305.619
Juros	289.849	302.088
Aluguéis e arrendamentos do contrato de concessão	5.565	3.531
Remuneração de capitais próprios	-353.326	-333.563
Resultado do exercício	-353.326	-333.563
	-27.909	6.424

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

1 Informações da Companhia

1.1 Contexto operacional

A Rumo Malha Oeste S.A. (“Companhia” ou “Rumo Malha Oeste”) é uma sociedade por ações brasileira, com registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede em São Paulo – SP, que opera no segmento de transporte ferroviário nos Estados do Mato Grosso do Sul e São Paulo. A Companhia é uma controlada direta da Rumo S.A. (“Controladora” ou “Rumo”).

A concessão e o contrato de arrendamento de ativos ferroviários da Companhia se encerram em junho de 2026

a) Restrições e condições de operação na concessão outorgada à Companhia

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas no contrato de concessão, tais como: não efetuar sub-concessão; submeter-se à fiscalização permanente da União; cumprimento de normas, especificações técnicas e padrões nacionais do Ministério dos Transportes; cumprir todas as disposições legais aplicáveis aos serviços concedidos, especialmente aquelas relativas à proteção do meio ambiente.

1.2 Considerações sobre a continuidade operacional

Quando da elaboração das demonstrações financeiras, a Administração fez uma avaliação sobre a capacidade de continuidade operacional da Companhia no futuro previsível. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$ 81.270, passivo descoberto de R\$ 2.603.090 e prejuízo do exercício de R\$ 353.326.

A gestão de caixa da Companhia é feita de forma centralizada e numa visão consolidada na Rumo S.A., sendo que eventuais necessidades de caixa são supridas pelo controlador ou demais empresas do grupo quando necessário, os quais têm a capacidade de suprir a Companhia com a liquidez necessária, seja através de mútuos ou aumento de capital, para a liquidação das suas obrigações de curto prazo. Dessa forma não há risco de continuidade operacional no curto prazo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Em 19 de maio de 2021, a Companhia, em conjunto com sua controladora Rumo S.A., assinou junto a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), o segundo termo aditivo ao Contrato de Concessão da Rumo Malha Oeste S.A., esse termo tem como objetivo estabelecer as obrigações relativas à relicitação, nos termos da qualificação do empreendimento aprovada pelo Decreto nº 10.633, de 18 de fevereiro de 2021.

Após realização de análises técnicas, a ANTT estabeleceu as condições de prestação dos serviços pela concessionária durante a vigência do termo aditivo e suas prorrogações no decorrer do processo de relicitação.

A Companhia continuará a prestar serviços de transportes de cargas, conforme as condições previstas anteriormente no Contrato de Concessão por tempo indeterminado, até a finalização do processo de relicitação pela ANTT.

1.3 Informações sobre controle da Companhia

A Companhia é controlada direta da Rumo S.A. (“Rumo”), que detém 100% do seu capital. A controladora final é a Cosan S.A. (“Cosan”), listada na B3 e Bolsa de Nova York, ou “NYSE” (*ticker* — CSAN). Trata-se de uma sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, no estado de São Paulo. O Sr. Rubens Ometto Silveira Mello é o principal acionista controlador da Cosan.

2 Bases de preparação e políticas contábeis gerais

Essa seção fornece informações sobre bases gerais de preparação, que a Administração julga úteis e relevantes para o entendimento destas demonstrações financeiras:

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

As informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão.

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Os IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelos IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Esta demonstração financeira é preparada com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 31 de março de 2025.

2.2 Políticas contábeis gerais

As políticas contábeis específicas estão incluídas nas notas explicativas, enquanto práticas gerais estão descritas abaixo:

a) Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira continua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Julgamentos:

Os julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que no entendimento da Administração têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras envolvem os seguintes temas:

- **Nota 5.1 – Outros passivos financeiros:** O fluxo de liquidação do saldo de créditos cedidos por fornecedores à agentes financeiros é classificado na Demonstração de fluxos de caixa em atividades operacionais ou de investimentos, de acordo com a classificação do objeto da compra, por melhor representar o dispêndio de caixa sob a ótica da operação da Companhia.
- **Nota 5.5 – Passivo de arrendamento:** Na avaliação de parcelas virtualmente fixas, se os arrendamentos forem variáveis, e do prazo do arrendamento, se a Companhia tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação;

Incertezas sobre estimativas e premissas chave:

As incertezas relacionadas a estimativas e premissas chaves em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício envolvem os seguintes temas:

- **Nota 5.4 – Contas a receber de clientes:** Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda esperada;
- **Nota 5.5 – Passivo de arrendamento:** Na estimativa da taxa incremental sobre empréstimos, elaborada usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado), quando disponíveis, e considerando nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o *rating* de crédito);
- **Nota 5.8 – Imposto de renda e contribuição social:** Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- **Nota 5.9 – Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais:** Avaliação de demandas judiciais e o reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- **Nota 2.3 – Mensuração do valor justo:** Mensuração dos valores justos de ativos e passivos financeiros com base em dados observáveis em mercado.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são preparadas em reais e apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual elas operam, geram e consomem recursos.

Os ativos e passivos decorrentes de operações no exterior são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas das operações no exterior são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações.

2.3 Mensuração do valor justo

A Companhia possui uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que tem a responsabilidade geral de supervisionar todas as mensurações significativas do valor justo, e reporta diretamente a Diretoria.

A Administração regularmente revisa premissas não observáveis significativas e ajustes de avaliação. Se as informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia, incluindo o nível de hierarquia.

Questões significativas de avaliação são reportadas a Diretoria. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base nas entradas usadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- **Nível 1:** Os dados usados se originam em preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos.
- **Nível 2:** Os dados usados incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado.
- **Nível 3:** São usadas técnicas de avaliação para as quais a informação significativa para mensuração do valor justo de nível mais baixo não esteja disponível (inputs não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração.

Todas as estimativas que a Companhia realiza para obter o valor justo estão incluídas no nível 2.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no nível da hierarquia de valor justo com mais subjetividade.

Os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos são os seguintes:

	Valor contábil		Ativos e passivos mensurados ao valor justo	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	6.729	31.782	6.729	31.782
Títulos e valores mobiliários	3.864	19.633	3.864	19.633
Contas a receber	7.075	4.299	7.075	4.299
Total	17.668	55.714	17.668	55.714
Passivo				
Passivos de arrendamento	(82.331)	(131.037)	(82.331)	(131.037)
Fornecedores	(19.193)	(15.520)	(19.193)	(15.520)
Outros passivos financeiros	(3.616)	(1.951)	(3.616)	(1.951)
Total	(105.140)	(148.508)	(105.140)	(148.508)

Os saldos com prazos curtos têm valor justo que se aproxima ao valor contabilizado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

2.4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

A Companhia não promoveu mudanças nas políticas contábeis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

2.4.1 Novos pronunciamentos, interpretações e alterações

A Companhia não adotou, de forma antecipada, nenhum pronunciamento, interpretação ou alteração emitida que ainda não esteja em vigor.

As interpretações e alterações que passaram a vigorar no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não geraram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

As novas normas, interpretações e alterações que foram emitidas pelo CPC e pelo IASB, mas não são efetivas em 31 de dezembro de 2024, exceto pelo CPC 18 que está em avaliação pela administração, não terão um impacto significativo no resultado ou na posição financeira da Companhia de acordo com a revisão inicial da Companhia.

3 Negócios, operações e administração da Companhia

3.1 Objetivos e políticas da gestão de riscos de instrumentos financeiros

Esta nota explica a exposição da Companhia a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o seu desempenho financeiro futuro. As informações de lucros e perdas do exercício atual foram incluídas, quando relevante ao contexto.

Risco	Exposição decorrente de:	Mensuração	Gestão
Risco de mercado - câmbio	(i) Fluxo futuro de transações comerciais. (ii) Ativos e passivos financeiros reconhecidos não denominados em reais.	(i) Fluxo de caixa futuro (ii) Análise de sensibilidade	Moeda estrangeira e opções de moeda estrangeira
Risco de mercado – juros	Caixa e equivalentes de caixa, títulos de valores mobiliários, arrendamentos e crédito imobiliário	(iii) Análise de sensibilidade	Swap de juros
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber e contas a receber de partes relacionadas	(i) Análise por vencimento (ii) Ratings de crédito	Disponibilidades e linhas de crédito
Risco de liquidez	Contas a pagar a fornecedores, outros passivos financeiros, arrendamentos, contas a pagar a partes relacionadas e dividendos.	Fluxo de caixa futuro	Disponibilidades e linhas de crédito.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

O gerenciamento de risco da Companhia é predominantemente controlado por um departamento central de Tesouraria sob políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, que fornece princípios para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros e investimento de excesso de liquidez. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

a) Risco de mercado

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é manter as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para administrar riscos de mercado. Todas as transações são realizadas dentro das diretrizes estabelecidas pela política de gerenciamento de risco. Geralmente, a Companhia procura aplicar a contabilidade de *hedge accounting* para gerenciar a volatilidade nos lucros ou prejuízos.

i. Risco da taxa de juros

A Companhia possui instrumentos financeiro sobre os quais incidem taxas de juros, em grande parte variáveis, o que expõe o resultado financeiro aos riscos de flutuação das taxas de juros.

A análise de sensibilidade a seguir demonstra no cenário provável o impacto anual projetado nas despesas com juros na dos empréstimos e financiamentos e na remuneração das aplicações financeiras (antes dos impostos), mantidas as demais variáveis, no cenário provável e com aumentos e diminuições de 25% e 50% nas taxas de juros:

Exposição taxa de juros	31/12/2024				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Aplicações financeiras	975	1.219	1.463	731	488
Títulos e valores mobiliários	551	689	827	414	276
Passivo de arrendamento	(5.822)	(5.822)	(5.822)	(5.822)	(5.822)
Outros passivos	(591)	(720)	(849)	(462)	(332)
Impactos no resultado do exercício	(4.887)	(4.634)	(4.381)	(5.139)	(5.390)

O cenário provável considera a taxa de juros estimada, elaborada por uma terceira parte especializada com base nas informações do Banco Central do Brasil (BACEN) em 10 de janeiro de 2025 como segue:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Provável	25%	50%	-25%	-50%
SELIC	14,40%	17,99%	21,59%	10,80%	7,20%
CDI	14,30%	17,87%	21,44%	10,72%	7,15%
TJLP	8,20%	10,25%	12,30%	6,15%	4,10%
IPCA	4,74%	5,93%	7,11%	3,56%	2,37%

b) Risco de crédito

As operações regulares da Companhia a expõem-na a potenciais descumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem cumprir os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita as falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações.

A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱ⁾	6.729	31.782
Títulos e valores mobiliários ⁽ⁱ⁾	3.864	19.633
Contas a receber de clientes ⁽ⁱⁱ⁾	7.075	4.299
	17.668	55.714

- (i) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é o valor registrado.
- (ii) O risco de crédito do cliente é administrado de forma centralizada por cada segmento de negócio, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um procedimento interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, o valor recuperável é avaliado coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A Companhia está exposta a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários.

Os ativos líquidos são investidos principalmente em títulos públicos de segurança e outros investimentos em bancos com grau mínimo de “A”. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria, de acordo com a política da Companhia.

Os investimentos de fundos excedentes são feitos apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites de crédito atribuídos a cada contraparte. Os limites de crédito de contraparte são revisados anualmente e podem ser atualizados ao longo do ano. Os limites são definidos para minimizar a concentração de riscos e, portanto, mitigar a perda financeira por meio de falha da contraparte em efetuar pagamentos. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros e derivativos é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

	31/12/2024
AAA	10.593
Total	10.593

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontre dificuldades em cumprir as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vencidas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os passivos financeiros da Companhia classificados por data de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	31/12/2024			31/12/2023
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Total	Total
Fornecedores	(19.193)	-	(19.193)	(15.520)
Outros passivos financeiros	(3.616)	-	(3.616)	(1.951)
Passivo de arrendamento	(70.666)	(17.666)	(88.332)	(149.124)
	(93.475)	(17.666)	(111.141)	(166.595)

3.2 Informação por segmento

A Companhia atua em um único segmento operacional, o transporte ferroviário de cargas, de forma que não cabe a divulgação de informações adicionais sobre segmentos operacionais.

4 Transações e eventos significativos

4.1 Partes relacionadas

Política contábil:

As operações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são registradas pelos termos e condições estabelecidas em contrato. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores e receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

a) Resumo dos saldos com partes relacionadas

	31/12/2024	31/12/2023
Ativos		
Contas a receber de clientes		
Rumo Malha Norte S.A.	105	111
Rumo Malha Paulista S.A.	296	640
Rumo Malha Sul S.A.	854	329
Rumo Serviços Logísticos Ltda	1.126	1.126
Rumo S.A.	35	3
Outros	1	17
	2.417	2.226
Ativo circulante	2.417	2.226
Total do ativo	2.417	2.226
	31/12/2024	31/12/2023
Passivos		
Fornecedores		
Rumo Serviços Logísticos Ltda	1.631	1.631
Rumo Malha Sul S.A.	4.129	3.641
Rumo Malha Paulista S.A.	2.258	2.611
Raízen S.A e suas controladas	1.372	954
Outros	1.294	1.095
Passivo circulante	10.684	9.932
Total do passivo	10.684	9.932

b) Transações com partes relacionadas

	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida ⁽ⁱ⁾		
Rumo Malha Paulista S.A.	1.196	2.095
Rumo Malha Sul S.A.	1.643	15.514
	2.839	17.609
Compras de produtos / insumos / serviços		
Rumo Malha Paulista S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	(2.811)	(5.274)
Raízen S.A e suas controladas ⁽ⁱⁱⁱ⁾	(9.533)	(13.715)
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	(1.112)	(2.576)
Rumo Malha Sul S.A. ^(iv)	(7.566)	(8.996)
	(21.022)	(30.561)
Receitas (despesa) compartilhadas ^(v)		
Rumo Malha Central S.A.	-	(11)
Rumo Malha Norte S.A.	(4.196)	(3.611)
Rumo Malha Paulista S.A.	-	(35)
Rumo Malha Sul S.A.	(218)	(147)
Rumo S.A.	(484)	(638)
Outros	-	(4)
	(4.898)	(4.446)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (i) A prestação de serviços nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 se refere principalmente à transporte, cujas condições estão definidas em contratos.
- (ii) Despesas com partilhas de fretes, de acordo com as condições estabelecidas no COE – Contrato de Operações Específico firmado entre as partes.
- (iii) Aquisição de combustíveis (diesel para uso nas locomotivas) durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 junto à Raízen S.A e suas controladas, adquiridos em condições de mercado.
- (iv) Despesa com transporte ferroviário, contratado em condições de mercado.
- (v) Se referem a rateios de gastos compartilhados entre as empresas do Grupo e do centro de serviços compartilhados Raízen. São alocados a partir de direcionadores de rateio: número de colaboradores, número de ações judiciais, volume em TKUs e receitas.

c) Remuneração dos administradores e diretores

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chave, incluindo diretores e membros do conselho, estão registradas no resultado consolidado do exercício, incluindo os encargos, como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Benefícios de curto prazo	39.799	41.440
Transações com pagamentos baseados em ações	8.808	13.577
	48.607	55.017

4.2 Conflitos internacionais

A Companhia continua monitorando os impactos da guerra na Ucrânia, bem como os desdobramentos do conflito no oriente médio, pois constituem eventos de longo alcance na economia global e, portanto, nos relatórios financeiros das companhias.

As operações da Companhia não sofreram grandes impactos em razão dos conflitos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Os principais itens monitorados pela Companhia são potenciais impactos na oferta de: fertilizantes, no preço de commodities e combustíveis, bem como volatilidade no câmbio e juros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam indicar o *impairment* de seus ativos não financeiros e concluiu que não houve mudanças motivadas pelos conflitos que indicariam uma perda por *impairment*. Como não houve interrupção nas operações da Companhia, o impacto financeiro resultante dos conflitos nas unidades geradoras de caixa ("UGC") foi limitado. Portanto, as principais premissas de longo prazo aplicadas na preparação dos modelos de fluxo de caixa não tiveram alterações significativas para a avaliação dos indicadores de *impairment*. Nossas projeções de recuperação de tributos diferidos, estão fundamentas nos mesmos cenários e premissas acima.

A Companhia até o momento não identificou impactos em risco de crédito de clientes, taxas de desconto, estoque, instrumentos financeiros, contas a receber entre outros itens analisados e continuará monitorando os fatos sobre os conflitos, com vistas à potenciais impactos nos negócios e, conseqüentemente, nas demonstrações financeiras.

4.3 Integralização de Capital

Em 1 de abril de 2024 e 12 de agosto de 2024, houve integralização, no montante de R\$ 185.000, mediante a capitalização dos adiantamentos para futuro aumento de capital, aprovados 20 de junho, 15 de dezembro de 2023 e 24 de maio de 2024, nos montantes de R\$ 50.000, R\$ 55.000 e R\$80.000 e liquidados respectivamente em 13 de julho de 2023, 27 de dezembro de 2023 e 24 de maio de 2024.

A integralização se deu por meio de subscrição privada de R\$ 185.000, mediante a emissão de 18.500.000.000 novas ações, divididas em 17.749.804.876 ações ordinárias e 750.195.124 ações preferenciais.

4.4 Adiantamentos para futuros aumentos de capital (AFAC)

Em 24 de maio de 2024 a Companhia recebeu R\$ 80.000 referentes a adiantamento para futuro aumento de capital que representam 7.675.591.298 ações ordinárias e 324.408.702 ações preferenciais a serem emitidas ao preço de R\$ 0,01 (um centavo), conforme Instrumento Particular de Adiantamentos para Futuros Aumentos de Capital assinado no dia 15 de maio de 2024.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

4.6 Eventos subsequentes

Em 15 de janeiro de 2025 a Companhia recebeu R\$ 130.000 referentes a adiantamento para futuro aumento de capital que representam 12.472.835.859 ações ordinárias e 527.164.141 ações preferenciais a serem emitidas ao preço de R\$ 0,01 (um centavo), conforme Instrumento Particular de Adiantamentos para Futuros Aumentos de Capital assinado no dia 13 de dezembro de 2024.

5 Informações detalhadas sobre ativos e passivos

5.1 Ativos e passivos financeiros

Política contábil

A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros se dá pelo valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas e quando seus termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativos			
Valor justo por meio do resultado			
Títulos e valores mobiliários	5.3	3.864	19.633
		3.864	19.633
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	6.729	31.782
Contas a receber de clientes	5.4	7.075	4.299
		13.804	36.081
Total		17.668	55.714
Passivos			
Custo amortizado			
Passivo de arrendamento	5.5	82.331	131.037
Fornecedores	5.6	19.193	15.520
Outros passivos financeiros ⁽ⁱ⁾		3.616	1.951
		105.140	148.508
Total		105.140	148.508

- (i) Saldo antecipado por nossos fornecedores junto a instituições financeiras. Essas operações tiveram o Banco Itaú e Banco Bradesco como contrapartes, a uma taxa média de 11,05% a.a. (12,42% a.a. em 31 de dezembro de 2023). O prazo médio dessas operações, que são registradas a valor presente pela taxa anteriormente mencionada, gira em torno de 35 dias (111 dias em 31 de dezembro de 2023). A transferência contábil dos valores da conta de fornecedores para esta rubrica, consiste em uma transação que não envolve caixa, não sendo apresentada na demonstração de fluxos de caixa. O fluxo de liquidação do saldo, por sua vez, é classificado em atividades operacionais ou de investimentos, de acordo com a classificação do objeto da compra. Encargos financeiros embutidos na transação são registrados em “Juros sobre contingências e contratos comerciais” no resultado financeiro, tendo representado R\$ 183 no exercício findo em 31 de dezembro 2024 (R\$ 897 em 31 de dezembro de 2023).

5.2 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado, sendo de alta liquidez, com vencimento de até três meses, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Bancos conta movimento	1.455	28
Aplicações financeiras	5.274	31.754
	<u>6.729</u>	<u>31.782</u>

As aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Aplicações em bancos		
Operações compromissadas	475	31.754
Certificado de depósitos bancários - CDB ⁽ⁱ⁾	4.799	-
	<u>5.274</u>	<u>31.754</u>

- (i) As aplicações financeiras da Companhia são remuneradas a taxas em torno de 100,4% da taxa de oferta interbancária brasileira (Certificado de Depósito Interbancário), ou “CDI”, em 31 de dezembro de 2024 (102,1% do CDI em 31 de dezembro de 2023). A análise de sensibilidade dos riscos de taxa de juros está na nota 3.1.

5.3 Títulos e valores mobiliários e caixa restrito

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado, com vencimento médio dos títulos públicos entre dois e cinco anos, entretanto podem ser prontamente resgatados e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

Títulos e valores mobiliários

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Títulos públicos ⁽ⁱ⁾	3.119	15.445
Certificados de depósitos bancários ⁽ⁱⁱ⁾	740	4.188
Letras financeiras ⁽ⁱⁱⁱ⁾	5	-
	<u>3.864</u>	<u>19.633</u>

- (i) Títulos públicos classificados como valor justo por meio do resultado possuem taxa de juros atrelada a SELIC e vencimento entre dois e cinco anos.
- (ii) Certificados de depósitos bancários possuem taxa de juros atrelada ao CDI e vencimento entre dois e cinco anos.
- (iii) Letras financeiras possuem taxa de juros atreladas ao CDI, e de liquidez diária, conforme política de liquidez da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.4 Contas a receber de clientes

Política contábil:

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos.

As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Clientes terceiros	4.813	2.151
Clientes partes relacionadas (Nota 4.1)	2.417	2.226
	7.230	4.377
Provisão para perdas de crédito esperadas	(155)	(78)
Total	<u>7.075</u>	<u>4.299</u>

A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes terceiros são como segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
A vencer	4.415	2.004
Até 30 dias	173	113
De 31 a 60 dias	73	34
De 61 a 90 dias	35	-
Mais de 90 dias	117	-
Provisão para perdas de crédito esperadas	(155)	(78)
	<u>4.658</u>	<u>2.073</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A movimentação das provisões para perdas de crédito esperadas é assim demonstrada:

Saldo em 01 de janeiro de 2023	6
Provisões	99
Reversões e baixa	(27)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	78
Provisões	285
Reversões e baixa	(208)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	155

5.5 Passivos de arrendamento

Política contábil:

No exercício comparativo, como arrendatário, a Companhia classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os passivos eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre valor justo do ativo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente.

Os compromissos enquadrados como outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Saldo em 01 de janeiro de 2023	185.324
Pagamento de juros	(19.370)
Pagamento de principal	(47.943)
Apropriação de juros	13.026
Saldo em 31 de dezembro de 2023	131.037
Pagamento de juros	(13.721)
Pagamento de principal	(54.046)
Apropriação de juros	19.061
Saldo em 31 de dezembro de 2024	82.331
 Circulante	 66.855
Não circulante	15.476
	82.331

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os contratos de arrendamento têm diversos prazos de vigência, sendo o último vencimento a ocorrer em junho de 2026 (uma abertura por vencimento é demonstrada na Nota 3.1). Os valores são atualizados anualmente por índices de inflação (como IGPM e IPCA) ou podem incorrer em juros calculados com base na TJLP ou CDI e alguns dos contratos possuem opções de renovações ou de compra que foram considerados na determinação da classificação como arrendamento financeiro.

A Companhia utilizou a taxa implícita por ser determinável pelo contrato de 13% a.a., na mensuração dos passivos de arrendamento.

Os saldos de arrendamentos registrados pela Companhia utilizam taxa incremental calculadas de acordo com IFRS 16 / CPC 06 (R2). A valorização dos contratos calculados pela taxa nominal e taxa real (inflação futura projetada), não gerou distorções significativas no passivo de arrendamento e direito de uso da Companhia, conforme objeto do Ofício Circular 2/2019 da CVM. A Companhia entende que, tais variações não são materiais para influenciarem as decisões dos usuários e, conseqüentemente, para serem apresentados nas demonstrações financeiras.

Além da amortização e da apropriação de juros destacados nos quadros anteriores, foram registrados para os demais contratos de arrendamento que não foram incluídos na mensuração de passivos de arrendamentos os seguintes impactos no resultado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	31/12/2024	31/12/2023
Despesas relativas a arrendamentos de curto prazo	904	1.302
Despesas de arrendamentos de ativos de baixo valor, excluindo arrendamentos de curto prazo de ativos de baixo valor	2	-
	906	1.302

5.6 Fornecedores

Política contábil:

As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e geralmente são pagas dentro de 45 dias do reconhecimento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores de materiais e serviços	17.659	14.506
Fornecedores de combustíveis e lubrificantes	1.534	1.014
Total	19.193	15.520
Fornecedores	8.509	5.588
Fornecedores partes relacionadas (Nota 4.1)	10.684	9.932
	19.193	15.520

5.7 Outros tributos a recuperar

Política Contábil:

Os ativos fiscais são mensurados ao custo e incluem principalmente: (i) efeitos fiscais que são reconhecidos quando o ativo é vendido a um terceiro ou recuperados por meio da amortização da vida econômica remanescente do ativo; e (ii) recebíveis de imposto que se esperam que sejam recuperados como restituições das autoridades fiscais ou como uma redução para futuras obrigações fiscais.

	31/12/2024	31/12/2023
COFINS	1.908	2.177
PIS	2.978	3.092
Outros	792	2.238
	5.678	7.507
Circulante	2.064	5.611
Não circulante	3.614	1.896
	5.678	7.507

5.8 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil:

A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo reconhecidos no resultado, exceto se for decorrente de uma combinação de negócios, ou de itens diretamente reconhecidas no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i. Imposto corrente

É o imposto sobre o lucro tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

i. Imposto diferido

É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- a) diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e que não afete nem o resultado contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal;
- b) diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, na medida em que a Companhia é capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e é provável que elas não revertam num futuro previsível; e
- c) diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

ii. Exposição fiscal

Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

iii. Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

a) Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(353.326)	(334.431)
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	120.131	113.707
Ajustes para cálculo da taxa efetiva		
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas ⁽ⁱ⁾	(121.901)	(117.186)
Diferenças permanentes (doações, brindes, etc.)	(22)	475
Outros	1.792	3.872
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	-	868
Taxa efetiva	-	0,26%

- (i) Refere-se principalmente a prejuízos fiscais e diferenças temporárias da Companhia, que nas condições atuais não reúnem os requisitos para a contabilização do referido ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos pela falta de previsibilidade de geração futura de lucros tributários.

b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido

A Companhia não possui previsibilidade de lucro, em virtude disso, não há constituição de saldo de imposto de renda diferido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.9 Provisão para demandas e depósitos judiciais

Política contábil:

São reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança.

A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia registra provisões para demandas judiciais em relação a:

Provisão para demandas judiciais		
	31/12/2024	31/12/2023
Tributárias	13.023	16.686
Cíveis, regulatórias e ambientais	50.233	27.499
Trabalhistas	46.592	25.384
	109.848	69.569

Depósitos judiciais		
	31/12/2024	31/12/2023
Tributárias	80	68
Cíveis, regulatórias e ambientais	34.732	29.066
Trabalhistas	5.567	6.396
	40.379	35.530

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Movimentação das provisões para demandas judiciais:

	Tributárias	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2023	18.753	20.868	21.453	61.074
Provisionados no exercício	416	6.905	10.014	17.335
Baixas por reversão ou pagamento	(3.145)	(27.427)	(16.447)	(47.019)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	662	27.153	10.364	38.179
Saldo em 31 de dezembro de 2023	16.686	27.499	25.384	69.569
Provisionados no exercício	1.552	16.477	21.273	39.302
Baixas por reversão ou pagamento	(7.077)	(10.496)	(23.248)	(40.821)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	1.862	16.753	23.183	41.798
Saldo em 31 de dezembro de 2024	13.023	50.233	46.592	109.848

(i) Inclui baixa de juros por reversão.

A Companhia possui débitos garantidos por bens ou, ainda, por meio de depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia.

Perdas possíveis

Os principais processos para os quais consideramos o risco de perda possível são descritos abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Tributário	83.643	103.959
Cíveis	56.137	52.756
Regulatórias	237.465	208.575
Ambientais	155.199	99.735
Trabalhistas	66.616	95.547
	599.060	560.572

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

• **Tributárias:**

	31/12/2024	31/12/2023
ICMS - Exportação ⁽ⁱ⁾	25.057	52.229
IRPJ/CSLL ⁽ⁱⁱ⁾	38.123	28.906
ICMS Material de uso e consumo	19.398	19.051
Outros	1.065	3.773
	83.643	103.959

- (i) O fisco estadual autuou a Companhia pela não tributação pelo ICMS nas faturas de prestação de serviços de transporte ferroviário de mercadorias destinadas à exportação. Todas as autuações foram contestadas, uma vez que existe posicionamento favorável aos contribuintes consolidado nos tribunais superiores, com base na Constituição Federal e na Lei Complementar 87/1996.
- (ii) Trata-se de auto de infração que exige IRPJ e CSLL relativos ao ano de 2009, sob a alegação de que a Companhia teria excluído da apuração do lucro real e da base de cálculo ajustada da CSLL provisões trabalhistas. Pelo entendimento do Fisco, as baixas das provisões trabalhistas foram efetuadas pela Companhia sem a individualização dos processos (provisões e reversões), o que impactaria na apuração tributária. A probabilidade de perda é possível, considerando que a ocorrência da decadência e que a Companhia atendeu todas as regras tributárias referentes à adição e exclusão das provisões na apuração do IRPJ e CSLL.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

• **Cíveis, regulatórias e ambientais:**

	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis ⁽ⁱ⁾	56.137	52.756
Regulatórias ⁽ⁱⁱ⁾	237.465	208.575
Ambientais ⁽ⁱⁱⁱ⁾	155.199	99.735
	448.801	361.066

- (i) Cíveis: A Companhia é parte em diversas ações cíveis, tendo como principais pedidos ações indenizatórias em geral, tais como: abaloamento em passagens em níveis, atropelamentos ferroviários, acidente de trânsito, ações possessórias em geral, ações de execução de títulos extrajudiciais, direitos e obrigações contratuais junto a clientes. Para as diversas ações cíveis, a administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou as circunstâncias e registrou provisões para as perdas prováveis em valores suficientes e adequados, representando, na data do balanço, sua melhor estimativa de desembolso que poderá vir a ser exigido para liquidar as ações.
- (ii) Regulatórias: Referem-se principalmente a multas e discussões junto a ANTT
- (iii) Ambientais: Tais valores decorrem de autuações feitas pelo IBAMA e Secretarias Municipais de Meio Ambiente em sua grande maioria, em razão de contaminação de solo e águas pelo derramamento de produtos e descumprimento das condições impostas por determinada licença de operação. Em todos os casos estão sendo adotadas medidas para redução do passivo existente, bem como medidas de reparação e prevenção relativas ao meio ambiente.

• **Trabalhistas:**

	31/12/2024	31/12/2023
Reclamações trabalhistas ⁽ⁱ⁾	66.616	95.547
	66.616	95.547

- (i) A Companhia discute diversas ações de natureza trabalhista, movidas por ex-empregados e empregados de prestadores de serviços, para fazer face àqueles casos cujas perdas são consideradas prováveis. Das ações em andamento, os principais pedidos postulados referem-se a horas extras, adicional noturno, insalubridade e de periculosidade, eventual descumprimento de normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), reintegração de emprego, indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho e devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa, contribuição sindical e outros, reconhecimento de jornada de turno ininterrupto, sobreaviso, diferenças salariais e outros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.10 Arrendamentos e concessões em litígio

Política contábil:

A Companhia registra nesta conta o saldo das parcelas de arrendamento envolvidas em litígios com o poder concedente. O registro inicial ocorre pelo valor da parcela no vencimento, mediante transferência da conta de “Passivos de arrendamentos”. Posteriormente os valores são corrigidos por Selic.

Também são registrados nesta conta os saldos a pagar a título de outorga por direitos de concessão (“Concessões”), em contrapartida ao intangível. A mensuração posterior ocorre pela taxa efetiva.

Valores em discussão judicial

A Companhia pleiteia o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, perdido pelo cancelamento de contratos de transporte existentes no momento da desestatização configurando alteração do cenário regulatório e condições estabelecidas no Edital de Desestatização – adicionalmente, as previsões de crescimento que definiram o valor do negócio não se materializaram.

A ação tramita perante o Tribunal Regional Federal da 2ª Região. O valor referente às parcelas vencidas da Companhia estava tendo o juízo garantido mediante a aquisição de títulos da dívida pública (Letras Financeiras do Tesouro – LFT). Em março de 2008 a Companhia obteve autorização para substituir a garantia por fiança bancária e em maio de 2008 a Companhia resgatou os valores.

Em dezembro de 2014 foi proferida sentença que julgou procedente a ação, reconhecendo a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos. Em dezembro de 2015 foi deferido pedido de substituição das cartas de fiança apresentadas pela Companhia por seguro garantia. Aguarda-se julgamento de apelação perante o TRF. A Administração, suportada pela opinião de seus advogados, avalia as chances de êxito como provável, mas mantém o registro do passivo por se tratar de obrigação contratual ainda não retirada da Companhia, e porque o valor ainda pende de apuração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Ainda no âmbito dos litígios envolvendo a Companhia, em janeiro de 2020 a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) deliberou instaurar Processo Administrativo Ordinário para gerar um relatório conclusivo quanto ao cabimento, ou não cabimento, de declaração de caducidade da concessão da Malha Oeste por parte da União. A análise será conduzida por uma comissão a ser indicada pela área de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas. A Administração, suportada pela opinião de seus advogados, avalia o risco de perda como possível.

Em 17 de Janeiro de 2022 a Companhia pagou e retomou os pagamentos das parcelas trimestrais vincendas dos Contratos de Concessão e Arrendamento originais, em atendimento à cláusula décima e inciso XII do segundo termo aditivo firmado entre a Companhia e Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT em 19 de maio de 2021.

	31/12/2024	31/12/2023
<u>Valores em discussão judicial:</u>		
Arrendamentos	2.316.778	2.090.328
Concessões	125.822	116.617
	2.442.600	2.206.945

Os depósitos judiciais associados aos litígios de arrendamento e concessão totalizam:

	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos judiciais	27.897	26.064
	27.897	26.064

Os depósitos judiciais estão contabilizados no grupo de “regulatórias” conforme nota

5.11 Patrimônio Líquido

a) Capital social

Política contábil:

O capital social é registrado pelo valor da integralização de ações e deduzido dos custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações ordinárias. O imposto de renda relacionado a custos de transação de uma transação patrimonial é contabilizado de acordo com a política descrita na Nota 5.8 - Imposto de renda e contribuição social.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

O capital subscrito e inteiramente integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 876.915 (R\$ 691.915 em 31 de dezembro de 2023), o saldo de 2024 é constituído conforme abaixo:

Acionista	Ações ordinárias		Ações preferenciais	
	Quantidade ⁽ⁱ⁾	%	Quantidade ⁽ⁱ⁾	%
Rumo S.A.	27.814.146	100%	1.175.564	100%
Total de ações em circulação	27.814.146	100%	1.175.564	100%

(i) Em milhares de ações

As ações preferenciais não terão direito de voto e gozarão das seguintes vantagens e preferências:

- Dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias;
- Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia; e
- Participação em igualdade nos recebimentos de dividendos.

b) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia aumentou seu capital em R\$ 185.000 (R\$105.000 em 31 de dezembro de 2023) por meio da integralização do saldo de AFAC, conforme apresentado nas notas 4.3 e 4.4.

6 Informações detalhadas sobre demonstração de resultado

6.1 Receitas

Políticas contábeis

i. Receita de serviços

As receitas decorrentes da prestação de serviços são reconhecidas na medida em que a entidade transfere à contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação dos serviços, quando são prováveis que benefícios econômicos associados à transação fluam para Companhia, bem como quando seu valor e custos incorridos relacionados puderem ser mensurados de forma confiável.

Os preços de serviços são fixados com base em ordens de serviços ou contratos. A receita da Companhia é composta basicamente por serviços de frete ferroviário, de frete rodoviário, de transporte de contêineres e elevação portuária, motivo pelo qual os critérios acima são normalmente atendidos na medida em que o serviço logístico é prestado.

ii. Receita diferida

A Companhia possui receita diferida recebida de clientes visando investimento em ativo permanente em contrapartida de um contrato de serviço de transporte ferroviário, exigindo desempenho futuro de serviços pela Companhia.

As atividades da Companhia estão sujeitas à sazonalidade natural das commodities agrícolas. A exportação da safra de soja, em sua maioria, ocorre entre os meses de janeiro e agosto, enquanto o transporte da safra de milho (destinado principalmente à exportação), está concentrado entre os meses de maio e dezembro. Essas oscilações têm um impacto significativo na demanda pelo transporte dessas commodities. Por esta razão, a Companhia normalmente tem um maior volume transportado no segundo e terceiro trimestre de cada ano, e um menor volume transportado no período de entressafra, isto é, no primeiro e quarto trimestres de cada ano.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A seguir, é apresentado detalhe da receita da Companhia:

	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta na venda de serviços	58.319	79.822
Impostos e deduções sobre venda de serviços	(2.751)	(5.407)
Receita operacional líquida	55.568	74.415

A Companhia presta serviços no mercado interno brasileiro, para entidades privadas. Os acordos com clientes estabelecem preços substancialmente fixos por toneladas transportada ou transbordada. Os serviços prestados pela Companhia possuem curtíssimo prazo de execução, sendo a receita auferida e registrada na medida em que os serviços são executados. Quanto à natureza dos serviços prestados, a receita líquida tem a seguinte composição:

Composição da receita líquida por serviço:

	31/12/2024	31/12/2023
Transporte de carga e acessórios	51.560	74.415
Outros	4.008	-
Receita operacional líquida	55.568	74.415

6.2 Custos e despesas por natureza

As despesas são apresentadas na demonstração do resultado por função. A reconciliação do rendimento por natureza / finalidade é a seguinte:

	31/12/2024	31/12/2023
Material de uso e consumo	(4.445)	(5.618)
Despesa com pessoal	(26.603)	(30.078)
Despesas com serviços de terceiros	(7.251)	(6.282)
Despesas com transporte e transbordo	(11.208)	(14.070)
Outras despesas	(7.779)	(6.131)
	(57.286)	(62.179)
Custo dos serviços prestados	(49.219)	(55.004)
Despesas comerciais	-	4
Despesas gerais e administrativas	(8.067)	(7.179)
	(57.286)	(62.179)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

6.3 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	31/12/2024	31/12/2023
Efeito líquido das demandas judiciais	(32.560)	(12.405)
Manutenção de ativos alocados ao resultado ⁽ⁱ⁾	(27.051)	(29.714)
Créditos fiscais extemporâneos	(135)	2.098
Outros	(7.480)	(8.679)
	(67.226)	(48.700)

(i) Manutenções reconhecidas diretamente no resultado do exercício.

6.4 Resultados financeiros

Política contábil:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, dividendos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, perdas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais em ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou custo financeiro, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

	31/12/2024	31/12/2023
Rendimentos de aplicações financeiras	3.697	3.004
	3.697	3.004
Outros encargos e variações monetárias		
Juros sobre outros recebíveis	1.770	1.118
Arrendamento e concessão	(237.070)	(251.356)
Passivo de arrendamento	(19.060)	(12.999)
Despesas bancárias e outros	(3.897)	(4.331)
Juros sobre contingências e contratos comerciais	(26.642)	(32.371)
Juros sobre outras obrigações	(3.180)	(1.032)
	(288.079)	(300.971)
Resultado financeiro, líquido	(284.382)	(297.967)
Reconciliação		
Despesas financeiras	(289.849)	(302.089)
Receitas financeiras	5.467	4.122
Resultado financeiro, líquido	(284.382)	(297.967)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

6.5 Lucro (prejuízo) por ação

Política contábil:

a) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se:

- i. o lucro atribuível aos proprietários da empresa, excluindo quaisquer custos de serviço de patrimônio que não sejam ações ordinárias; e
- ii. pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada pelos elementos do bônus em ações ordinárias emitidas durante o ano e excluindo as ações em tesouraria caso possua.

b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação ajusta os valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta:

- i. o efeito depois do imposto sobre o rendimento dos juros e outros custos de financiamento associados a potenciais ações ordinárias diluidoras; e
- ii. o número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste do resultado e do número de ações pelos impactos de instrumentos potencialmente dilutivos.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do resultado por ação (em milhares, exceto valores por ação) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	31/12/2024	31/12/2023
Numerador		
Resultado líquido do exercício	(353.326)	(333.563)
Por ação ordinária	(338.998)	(314.496)
Por ação preferencial	(14.328)	(19.067)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	25.401.066	12.630.536
Média ponderada de número de ações	1.073.576	765.768
Resultado básico e diluído:		
Por ação ordinária	(0,01335)	(0,02490)
Por ação preferencial	(0,01335)	(0,02490)